



Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A.
 CNPJ/MF nº 04.980.127/0001-75



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, fevereiro de 2010
 A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO							
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado							
	Nota	2009	2008		Nota	2009	2008
Ativo Circulante		10.113	3.866	Passivo Circulante		2.869	2.624
Disponibilidades	4	284	4	Fiscais e Previdenciárias	8	868	803
Aplicações Financeiras	5	5.279	-	Salários e Encargos a Pagar		747	999
Outros Créditos		4.550	3.862	Provisão para Participação nos Lucros		909	779
Depósitos Judiciais - Recursos Trabalhistas		-	11	Outras Obrigações		545	43
Impostos a Compensar		2.885	1.677				
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	11	1.593	2.148				
Outros		72	26				
Ativo Não Circulante		2.371	5.320	Patrimônio Líquido	10	9.615	6.562
Realizável a Longo Prazo		2.287	5.219	Capital Social		11.393	11.393
Aplicações Financeiras	5	1.867	4.862	Reservas de Lucros		142	142
Outros Créditos		420	357	Prejuízos Acumulados		(1.920)	(4.973)
Depósitos Judiciais - Recursos Trabalhistas		420	357				
Permanente		84	101				
Imobilizado de Uso	7	84	101				
Total do Ativo		12.484	9.186	Total do Passivo		12.484	9.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	2009	2008	
Receita Bruta		19.282	19.211	
Receitas de Prestação de Serviços	12	19.283	19.211	
Deduções da Receita Bruta		(2.755)	(2.737)	
ISS		(964)	(951)	
PIS		(321)	(317)	
Cofins		(1.470)	(1.459)	
Receita Líquida		16.528	16.474	
Custo dos Serviços Prestados	13	(298)	(576)	
Resultados Operacionais		679	488	
Resultado Financeiro		666	476	
Outras Receitas Operacionais		13	12	
Despesas Operacionais		(11.639)	(11.465)	
Despesas com Pessoal	14	(10.341)	(10.522)	
Despesas Administrativas		(940)	(900)	
Despesas Tributárias		(30)	(30)	
Outras Despesas Operacionais		(319)	(34)	
Resultado Operacional		5.270	4.921	
Resultado Não Operacional		-	(2)	
Participações nos Lucros		(1.074)	(994)	
Resultado Líquido antes dos Impostos		4.196	3.925	
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	15	(1.143)	(1.073)	
Lucro Líquido		3.053	2.852	
Nº de Ações (Mil)		43.129.918	43.129.918	
Lucro por Lote de Mil Ações - em R\$		0,071	0,066	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Capital Social	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2007 (não auditado)	11.393	-	(7.683)	3.710
Lucro Líquido	-	-	2.852	2.852
Destinações:				
Reserva Legal	-	142	(142)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	11.393	142	(4.973)	6.562
Lucro Líquido	-	-	3.053	3.053
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	11.393	142	(1.920)	9.615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	2009	2008	
Atividades Operacionais		3.053	2.852	
Lucro Líquido		3.053	2.852	
Ajustes ao Lucro Líquido		328	12	
Provisão para Passivos Contingentes		307	5	
Depreciação		21	7	
Variáveis em Ativos e Passivos		(3.097)	(3.341)	
Redução (Aumento) em Aplicações Financeiras		(2.284)	(2.392)	
Redução (Aumento) em Outros Créditos e Previdenciárias		(751)	(1.704)	
Aumento (Redução) em Salários e Encargos a Pagar		(140)	287	
Aumento (Redução) em Provisão para Participação nos Lucros		(252)	255	
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		130	299	
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		284	(477)	
Atividades de Investimento		(4)	(73)	
Aquisição de Imobilizado de Uso		(4)	-	
Alienação de Imobilizado de Uso		-	40	
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(4)	(39)	
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	4	514	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período		284	4	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
 A Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Real Microcrédito) tem por objeto social a prestação de serviços de análise financeira e de risco e identificação e busca de clientes para concessão de crédito e microcrédito a pessoas físicas e jurídicas; a prestação de serviços de acompanhamento de carteira e cobrança por conta própria ou de terceiros; participação em outras Sociedades que tenham por escopo a prática de atividades mercantis; venda de planos de capitalização e cotas de consórcio por conta própria ou de terceiros; e a administração de bens próprios. É uma empresa integrante do Conglomerado Santander, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
 As demonstrações financeiras da Real Microcrédito foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e práticas contábeis adotadas no Brasil. Para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, foram efetuadas reclassificações na Demonstração do Resultado referente ao saldo do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, visando à adequação aos procedimentos/classificações contábeis adotadas em 2009.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
 O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices e taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos - Circulante e Não Circulante
 São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. Os saldos realizáveis e exigíveis, com vencimento em até doze meses, são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa
 Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, Caixa e Equivalentes de Caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações com conversibilidade imediata.

d) Aplicações Financeiras
 As aplicações financeiras com títulos e valores mobiliários estão demonstradas pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: I - títulos para negociação; II - títulos disponíveis para venda; e III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria título para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aquelas para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.

(1) da adequação conta de receitas ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa às aplicações classificadas na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa às aplicações classificadas na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, os quais estão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários.

e) Permanente - Imobilizado
 A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

f) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

f.1) Ativos Contingentes
 Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

f.2) Passivos Contingentes
 São reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

f.3) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
 São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

g) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)
 O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado das aplicações financeiras.

h) Avaliação do Valor Recuperável
 Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda do seus valores.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa
 Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Aplicações Financeiras
 As Aplicações Financeiras estavam assim representadas:
 a) Aplicações em Operações Compromissadas lastreadas em Debêntures no montante de R\$5.625 (2008 - R\$3.476), sendo R\$5.279 com vencimentos entre 3 a 12 meses e R\$346 com vencimento acima de 1 ano.
 b) Certificados de Depósito Bancário - CDB no montante de R\$1.521 (2008 - R\$1.395), com vencimento acima de 1 ano, classificados na categoria títulos disponíveis para venda.

6. Créditos Tributários
 O total dos créditos tributários não registrados é de R\$2.111 (2008 - R\$2.372), sobretudo decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social que montavam em R\$1.579 (2008 - R\$2.080), sendo que poderão ser registrados quando houver efetiva perspectiva de realização, com base em estudos efetuados pela Administração.

	2009		2008	
	Custo	Depr. Residual	Residual	Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	91	(23)	68	76
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	68	(52)	16	25
Total	159	(75)	84	101

8. Fiscais e Previdenciárias
 As obrigações Fiscais e Previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	2009	2008
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 9.b)	79	74
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	166	219
Impostos e Contribuições a Recolher	423	510
Total	668	803
Circulante	668	803

9. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
 A Real Microcrédito é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrente do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Real Microcrédito tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Ativos Contingentes
 Em 2009 e 2008, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes

b) Movimentação dos Passivos Contingentes e Obrigações Legais				
	2009		2008	
	Fiscais	Trabalhistas	Fiscais	Fiscais
Saldo Inicial	74	-	69	-
Constituição	5	302	5	-
Baixas por Pagamento	-	(22)	-	-
Saldo Final	79	280	74	69

c) Contingências Fiscais e Previdenciárias
 São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal processo é: INSS - refere-se a discussões em processos administrativos e judiciais que visam a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que normalmente não possuem natureza salarial. O valor envolvido atualizado é de R\$79 (2008 - R\$74).

d) Contingências Trabalhistas
 São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior, são avaliadas individualmente e as provisões são constituídas com base nesta avaliação, na jurisprudência e na fase processual de cada ação.

10. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
 Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o capital social, totalmente integralizado, está representado por 43.129.917,574 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos
 Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

11. Transações com Partes Relacionadas
 As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade. Os principais saldos e resultados de transações são:

	2009		2008	
	Ativos	Receitas	Ativos	Receitas
Banco ABN AMRO				
Real S.A. (1)	-	5.608	7.014	19.657
Disponibilidades	-	-	4	-
Aplicações Financeiras	-	134	4.862	446
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	5.474	2.148	19.211
Banco Santander				
(Brasil) S.A.	9.023	14.207	-	-
Disponibilidades	294	-	-	-
Aplicações Financeiras	7.146	398	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	1.593	13.809	-	-

(1) Sociedade incorporada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de março de 2009.

12. Receitas de Prestação de Serviços
 As receitas de prestação de serviços estão representadas pelos serviços de análise financeira no montante de R\$19.283 (2008 - R\$19.211).

Continua...



Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A.

CNPJ/MF nº 04.980.127/0001-75



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Custo dos Serviços Prestados

Referir-se a Custos com Marketing, Eventos e Ações Promocionais R\$208 (2008) - R\$576

14. Despesas de Pessoal

	2009	2008
Remuneração	5.060	5.387
Encargos	2.093	1.959
Benefícios	3.140	3.171
Treinamento	48	5
Total	10.341	10.522

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2009	2008
Resultado Líquido Antes dos Impostos	4.196	3.925
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	(1.427)	(1.335)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas Não Tributáveis	(10)	(10)
Crédito Tributário Não Constituído Anteriormente	261	228
Demais Ajustes	33	44
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.143)	(1.073)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Fabio Colletti Barbosa

Conselheiros

Maria Luíza de Oliveira Pinto e Palva
Marcos Mattoli de Souza VieiraJosé da Paiva Ferreira
Gustavo José Costa Roxo da Fonseca

Wagner Augusto Ferrari

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Jerônimo Rafael RamosDiretor Comercial
Fábio Michel Boa Sorte

Contador

Fábio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A., levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A. em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, sobre as quais emitimos parecer datado de 18 de fevereiro de 2009, com ressalva quanto aos efeitos de possíveis ajustes sobre o resultado, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data caso tivéssemos examinado as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, que não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes.

São Paulo, 8 de março de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC nº 1 SP 120424/O-8

Deloitte.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04 - NIRE 35300350057

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 08 de Março de 2010

Data, Horário e Local: 08 de março de 2010, às 14:00 horas, na sede da Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia" ou "SBPar"), localizada na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, parts, Vila Olímpia, São Paulo, SP. **Convocação:** Conforme convocação enviada por fax aos Conselheiros no último dia 03 de março. **Presenças:** Presentes os Conselheiros: Richard Klien, Arthur Joaquim de Carvalho, Luiz Otávio Nunes West, Verônica Valente Dantas, Andreas Klien, Alcides Lopes Tápias, Hans J. F. Peters e Wallim Cruz de Vasconcelos Junior. **Convidados:** Os diretores da Companhia: Srs. Wady Jasmin, Washington Cristiano Kato, Antonio Carlos Duarte Sepúlveda, Caio Marcelo Morel Correa e Marcos de Magalhães Tourinho. **Mesa Diretora:** Richard Klien, Presidente e Arthur Joaquim de Carvalho, Secretário. **Ordem do Dia:** o Presidente solicitou ao Secretário que procedesse à leitura da Ordem do Dia, a saber: 1. Tomar conhecimento e deliberar sobre a proposta da Diretoria para a captação de recursos financeiros para a Companhia; 2. Autorizar a concessão de garantia à subsidiária integral, Santos-Brasil S.A.; 3. Deliberar sobre o plano de remuneração variável dos diretores estatutários, diretores adjuntos e gerentes da SBPar e suas subsidiárias proposto para o exercício social de 2010; 4. Deliberar sobre o montante de opções destinadas ao Programa de Opção de Ações para 2010; 5. Deliberar sobre a distribuição da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2010; 6. Deliberar sobre a abertura de filial da Companhia em decorrência da incorporação da subsidiária Tecon Imbituba S.A. e da cisão parcial da Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A.; 7. Tomar conhecimento das novas oportunidades de negócios para a SBPar; 8. Tomar conhecimento do andamento dos processos judiciais e administrativos das empresas do grupo. **Apreciações e Deliberações:** Passando-se à apreciação dos itens constantes da ordem do dia os Conselheiros, por unanimidade dos presentes: 1. Aprovaram a emissão pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009 (Instrução CVM 476) de 100 (cem) debêntures simples, não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) nas seguintes condições, conforme documento que, rubricado por todos os presentes ficará arquivado na sede da Companhia: (i) emissão, divisão em séries e montante: a presente emissão, de 100 (cem) debêntures simples em série única, no montante global de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), constitui a 1ª emissão de SBPar (Debêntures); (ii) destinação dos recursos: os recursos obtidos por meio da presente emissão de debêntures se destinam à liquidação de Notas Promissórias emitidas por SBPar, em 07 de maio de 2009, cujo o vencimento se dará em 02 de maio de 2010; (iii) modo de colocação e subscrição: as Debêntures serão objeto de colocação pública com esforços restritos destinados exclusivamente a investidores qualificados, observando o disposto no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 (Instrução CVM 409), bem como o descrito no artigo 4º da Instrução CVM 476, com a intermediação de instituição(ões) integrante(s) do sistema de distribuição de valores mobiliários, procedendo-se à distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, por meio do SDT- Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT") e [do SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND")], administrado pela Anbima e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações líquidas e as debêntures custodiadas na CETIP, contando com garantia firme não solidária do coordenador líder, Banco Itaú BBA S.A., e do coordenador, Banco Bradesco BBI S.A.; (iv) características das Debêntures: (a) Forma: as Debêntures serão escrituras, sendo resgatável pela sua escrituração o Banco Itaú S.A.; (b) Valor Nominal unitário: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na data de emissão; (c) Preço de Subscrição e modo de integralização: cada Debênture será inscrita pelo valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (acrescido da remuneração prevista no item h, abaixo, incidente desde a data de emissão até a data da respectiva integralização), que se dará à vista, no ato de subscrição, em moeda corrente nacional; (d) Garantia: as Debêntures contam com fiança da Santos-Brasil S.A.; (e) Espécie: girofiança; (f) Data de Emissão: 30 de abril de 2010; (g) Data de Vencimento: no prazo de 3 (três) anos, contado da Data de Emissão; (h) Remuneração: as debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu valor nominal unitário a partir da data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. A taxa de juros aplicável às debêntures será equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros Over Extra-Grupo de um dia, com base em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, acrescida de um spread ou

subretaxa de 2,20 % (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano. A taxa de juros aplicável às debêntures será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata tempore* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário desde a data de emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento. Pagamento da Remuneração: pagável semestralmente, vencendo-se a primeira parcela de juros 6 (seis) meses após a Data de Emissão e as demais no mesmo dia do semestre subsequente; (i) Juros Moratórios: 1% (um por cento) ao mês; (j) Amortização Programada: as Debêntures serão amortizadas em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas de 1/3 (um terço) do Valor Nominal Unitário, vencendo-se a primeira parcela 1 (um) ano a partir da Data de Emissão; (k) Conversibilidade: as Debêntures são simples, não conversíveis em ações; (l) Repactuação: não haverá repactuação das debêntures; (m) Vencimento Antecipado: as Debêntures se vencerão antecipadamente na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos: 1. protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo o montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da Emissora decorrentes da presente emissão; 2. pedido de recuperação judicial ou extra-judicial formulado pela Emissora; 3. liquidação ou pedido de falência da emissora; 4. falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias; 5. fusão, cisão ou incorporação da Emissora em outra sociedade; 6. troca de controle acionário da Emissora; 7. inadimplemento ou descumprimento pela Emissora de qualquer contrato ou obrigação a que esteja submetida, que comprometa a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações decorrentes da presente emissão; (v) delegação de Poderes à Diretoria da Companhia: Autorizaram a Diretoria à (i) contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das debêntures ("Emissão"), bem como ratificaram a contratação dos bancos coordenadores mencionados no item 1.(iii) acima; e assessores legais, entre outros; e (iii) celebrar todos os instrumentos, tais como, a escritura de emissão, o contrato de distribuição, elaborar todos os demais documentos da Emissão, em fim praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão; Autorizaram a concessão de fiança pela subsidiária Integral Santos-Brasil S.A. como garantia das obrigações das Debêntures; 2. Autorizaram a concessão aval à subsidiária Integral Santos-Brasil S.A. como garantia na operação de financiamento de capital de giro no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), adicionalmente aos já contratados pela Santos-Brasil, totalizando a operação R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), conforme documento que, rubricado por todos os presentes ficará arquivado na sede da Companhia; 3. Aprovaram o plano de remuneração variável dos diretores estatutários, diretores adjuntos e gerentes da SBPar e suas subsidiárias, exceto para a Santos-Brasil S.A., proposto para o exercício social de 2010, conforme documento que, rubricado por todos os presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; 4. Aprovaram o montante e o Programa de Opção de Ações para 2010, conforme documento que, rubricado por todos os presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; 5. Aprovaram a distribuição da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2010 conforme documento que, rubricado por todos os presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; 6. Aprovaram a abertura de filiais da Companhia em decorrência da incorporação da subsidiária Integral Tecon Imbituba S.A. e da cisão parcial da Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A. com incorporação da parcela cindida pela Companhia, nos seguintes endereços: (i) Rua Nereu Ramos, nº 866, salas 1, 3, 5 e 7, e Ter, Município de Imbituba, Estado de Santa Catarina, CEP 88.780-000; (ii) Avenida Presidente Vargas, s/n, Área Portuária (Terminal de Contêineres), Centro, Município de Imbituba, Estado de Santa Catarina, CEP 88.780-000; e (iii) Avenida Presidente Vargas, s/n, Área Portuária (Terminal de Carga Geral), Centro, Município de Imbituba, Estado de Santa Catarina, CEP 88.780-000; 7. Tomaram conhecimento das novas oportunidades de negócios para a SBPar; 8. Tomaram conhecimento do andamento dos processos judiciais e administrativos das empresas do grupo. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, quando foi lavrada a presente ata. A presente ata é cópia fiel daquela lavrada no livro próprio. São Paulo, 08 de março de 2010. **Richard Klien** - Presidente da Mesa; **Arthur Joaquim de Carvalho** - Secretário. **JUCESP nº 89.139/10-0 em 15/03/2010. Kátia Regina Bueno de Godoy** - Secretária Geral.

METALGRADE PISOS INDUSTRIAIS S/A

CNPJ 46.307.989/0001-81

RELATÓRIO DA DIRETORIA

SENHORES ACIONISTAS: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2009. Colocamo-nos à inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários. Guarulhos, 23 de março de 2010.

ATIVO	Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro - (Em R\$ mil)		Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009, 2008 e 2007 - (Em R\$ mil)				Demonstrações de Resultado do Exercício - (Em R\$ mil)	
	2009	2008	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Prejuízos Acumulados	Total	2009	2008
Circulante	3.432	2.712	-	-	-	-	14.063	16.720
Não Circulante	1.316	3.490	860	354	-8.103	-6.889	-11.165	-13.495
Depósitos e caução	67	67	-	-	-977	-977	2.898	3.234
Investimentos	189	189	860	354	-9.080	-7.866	147	-897
Imobilizado	1.060	3.234	-	-	-899	-899	147	-897
Total do Ativo	4.748	6.202	860	354	-9.979	-8.765	-360	-2
PASSIVO	2009	2008	Notas Explicativas:					
Circulante	2.590	2.997	(1) As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com os princípios contábeis previstos na legislação societária vigente. (2) Passivo não Circulante: A Metalgrade ingressou no programa da Lei nº 11.041/09, parcelando o débito (INSS e RFBF) em 180 meses. O saldo parcelado terá uma redução estimada de 39,51% no momento da consolidação. Além desta redução, a lei faculta a antecipação dos pagamentos com as reduções					
Não Circulante	11.136	11.970	previstas para o pagamento à vista. Nessa ocasião, estudaremos a viabilidade de quitarmos os débitos da Companhia (§1º do art. 7º Lei nº 11.941/09), nesse caso a redução estimada passará a 61,63%. (3) O Capital Social está representado por 1.364.602 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. (4) As demonstrações financeiras completas encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia.					
Tributos e Obrigações Sociais	-8.978	-8.765	Jorge Luiz Leal - Presidente, Augusto Spadoni Gabriel - Diretor					
Patrimônio Líquido	860	860	Luiz Carlos L. R. C. Rodrigues - Contador- CRC 1SP102120/O-4					
Capital	354	354						
Reservas	-10.192	-9.979						
Resultados Acumulados	4.748	6.202						
Total do Passivo	4.748	6.202						